

**SEPEX – Seminário de ensino, pesquisa e extensão da Uneal
07 a 10 de agosto de 2023**

**MAPEAMENTO DA ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DE ALAGOAS NA GARANTIA DO DIREITO DE ACESSO À SAÚDE
DURANTE A PANDEMIA POR
SARS-COV-19.**

Milena Karine da Silva RODRIGUES¹, Clarissa Maria Cavalcante SILVA¹, Ana
Lydia Vasco de Albuquerque PEIXOTO³, Paulo Ricardo Silva Lima⁴

¹ Aluna do Curso de Direito no Campus VI da Universidade Estadual de
Alagoas (UNEAL) e Pesquisadora bolsista pelo PIBIC/FAPEAL. E-mail:
milenarodrigues@alunos.uneal.edu.br

² Aluna do Curso de Direito no Campus VI da Universidade Estadual de
Alagoas (UNEAL) e Pesquisadora voluntária pelo PIBIC/FAPEAL. E-mail:
clarissa@alunos.uneal.edu.br

³ Docente do Curso de Direito no Campus VI da Universidade Estadual de
Alagoas (UNEAL) e Orientadora de pesquisa PIBIC/FAPEAL. E-
mail: analydia.peixoto@uneal.edu.br

⁴ Doutorando em Ciências da Informação (UFPE), Mestre em Ciência da
Informação (UFAL) e Bacharel em Administração Pública e Direito. E-mail:
pauloricardo.silvalimma@gmail.com

RESUMO - A Constituição Federal de 1988 assegura a garantia constitucional do acesso à justiça, da assistência jurídica integral e gratuita, além de alocar a Defensoria Pública como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. O objetivo do projeto de pesquisa relativo ao PIBIC/FAPEAL se concentrou em mapear a atuação da defensoria pública do estado de Alagoas na garantia do direito de acesso à saúde durante a pandemia por Sars-Cov-19, destacando-se o seu papel e missão constitucional, intimamente atrelados à evolução do direito fundamental de acesso à ordem jurídica justa, instrumento de concretização do mínimo existencial. Trata-se de pesquisa exploratória, através do estudo de caso, de modo a quantificar o perfil da atuação da Defensoria Pública do Estado de Alagoas referente a prestação da assistência jurídica na garantia do acesso à saúde. A coleta e análise dos dados teve como referência: números de casos e atendimentos realizados durante a pandemia, o perfil das demandas judicializadas pela DPE/AL. Assim, os dados a serem coletados de forma sistemática que abordará o mapeamento da Defensoria Pública do Estado de Alagoas na garantia do direito de acesso à saúde durante a pandemia por SARS COV-19. Destarte, foi possível perceber que a Defensoria Pública exerce relevante atuação institucional em favor do acesso à saúde dos cidadãos das classes populares. É que o acesso à justiça é especialmente necessário à parcela menos favorecida da população, que convive com os obstáculos em obter serviços de saúde básicos. Portanto, a prestação da assistência jurídica e a necessária judicialização da saúde quanto as demandas dessa parcela da população, têm o condão de garantir efetiva cidadania, ao mesmo tempo em que contribui para a adequada estruturação da saúde pública. O crescente fenômeno da Judicialização da Saúde permite que a inclusão gerada pela intervenção judicial beneficiasse tanto a classe média/média alta,



**SEPEX – Seminário de ensino, pesquisa e extensão da Uneal
07 a 10 de agosto de 2023**

quanto à população de baixa renda, que tem no SUS a única esperança de atendimento em saúde.

Palavras-chave: Defensoria Pública; Judicialização; Acesso à saúde; COVID-19.